

O BRASIL IMAGINADO: A NAÇÃO EM DOIS TEMPOS

Rosana Corrêa Lobo (PUC-RIO)

RESUMO: O artigo busca refletir sobre as transformações da representação da nação na literatura brasileira moderna - em especial em textos publicados no Suplemento Literário de *O Jornal*, na década de 1930 - e na contemporânea. Procurou-se mostrar a passagem de uma literatura voltada para a denúncia das injustiças sociais, através do relato realístico, para uma literatura mais cosmopolita, na qual a nação deixa de ocupar o centro de um sistema de significação. Ainda assim, percebe-se que, embora a reflexão sobre a nação não ocupe um lugar central, ela ainda é reelaborada. A estrutura realística de ler a sociedade, baseada na clareza e na crença no progresso cai por terra. A realidade danificada pela experiência das catástrofes do século XX, impossibilita narrar / representar a nação enquanto totalidade. A consciência da miopia contida nas ideias totalizantes, faz com que autores contemporâneos busquem formas de representação da realidade mais inspirados nas ideias de história plural, tempo heterogêneo, hibridismo, performance, simultaneidade, representação das minorias. A fragmentação é a linguagem eleita para dar conta da implosão da antiga unidade ideal da nação.

Palavras-chave: Brasil. Literatura brasileira. Nação. O Jornal. Modernidade. Contemporaneidade.

“Os rumos tomados pela economia capitalista no final do século XX, tendem a tornar a nação, tal como concebida pela Modernidade, uma ficção desnecessária”, escreve a pesquisadora e professora da PUC-Rio Vera Lúcia Follain de Figueiredo no ensaio “Central do Brasil – em busca da terra prometida”¹, publicado em 1999. Tal afirmação vem norteando as minhas pesquisas acadêmicas há alguns anos. Ela me instiga a pensar em duas questões que procurarei desenvolver ao longo deste artigo: 1ª) Como a ficção brasileira concebia a nação na Modernidade? 2ª) A nação não é mais concebida ficcionalmente na Contemporaneidade?

Em primeiro lugar, é preciso constatar que o conceito de Modernidade abarca um período muito amplo que pode se estender desde o fim da Idade Média até a queda do

¹ *Cinemais*, n. 15, jan / fev 1999.

muro de Berlim ou se pensarmos especificamente no Brasil, podemos delimitar entre a Proclamação da Independência, em 1822, e o fim da Ditadura Militar na década de 1980, período em que as fronteiras nacionais se tornam cada vez menos explícitas dando lugar a imaginários culturais cada vez mais cosmopolitas.

Para não cair na armadilha historicista de tentar traçar uma linha evolutiva da representação da nação na literatura brasileira durante todo esse período, gostaria de propor, então, uma reflexão sobre o objeto de minha pesquisa de pós-doutorado²: o Suplemento Literário de *O Jornal*, periódico pioneiro do império midiático de Assis Chateaubriand, num período delimitado, a década de 1930.

Embora este veículo circule entre 1919 e 1974, tendo o Suplemento começado apenas em 1932, optei por concentrar a pesquisa somente na década de 1930, período em que a nação ocupa o centro de um sistema de significação na literatura brasileira. O próprio Jorge Amado, em entrevista para *O Jornal*, em 20/05/1934, na ocasião da publicação do romance *Cacau*, de sua autoria, destaca os anos de 1933 e 1934 como sendo “de luxo” para a literatura brasileira socialmente engajada. *Corumbás*, de Armando Fontes, *Doidinho*, de José Lins do Rego, *Em surdina*, de Lúcia Miguel Pereira, além de *Cahetés*, de Graciliano Ramos e *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre: “Toda essa gente boa, publicou livro de estudos”, afirma Amado.

Ao longo do levantamento feito nas páginas deste Suplemento, foi possível perceber sinais da compreensão por parte dos intelectuais e artistas que colaboravam com o mesmo - Minotti del Picchia, Di Cavalcanti, Jorge de Lima, Tomás Santa Rosa, Lúcia Miguel Pereira, Jorge Amado, José Lins do Rego, Lucio Cardoso e tantos outros -, que a nossa terra não era tão exuberante assim. Pelo contrário: os solos eram pobres, as técnicas arcaicas e a população vivia uma “miséria pasmosa”, mergulhada na “incultura paralisante”, conforme observa Antonio Candido, em *Literatura e Subdesenvolvimento* (2006, p. 171).

Começa a predominar na década de 1930 uma ideia pessimista com relação ao presente e problemática quanto ao futuro da nação. De acordo com Candido, passa a vigorar uma “consciência amena” do atraso nacional, uma vez que o Brasil ainda se considerava um país novo. Este ideário ilustrado, no entanto, ainda guardava certa utopia,

² Desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio, com apoio da FAPERJ.

uma vez que a instrução traria automaticamente todos os benefícios e permitiria “a humanização do homem e o progresso da sociedade”. A literatura desse período assumia uma missão “combativa” (Idem, p. 176).

Sendo assim, a representação da realidade passa a ser um compromisso para os intelectuais do período, o que pode ser facilmente identificado em diversos textos publicados no Suplemento Literário de *O Jornal*. Menotti del Picchia no poema “Banzo”, por exemplo, de 05/11/1933, lamenta a condição do ex-escravo que deixou a sua terra natal para trás, seus ídolos e sua cultura, ludibriado pelo homem branco, covarde, que lhe enganou com “missangas” e o atulhou num navio negreiro. “Na porta da senzala, de mão no queixo, cachimbo na boca, varado de angústia, olhando o horizonte” passa os dias calado, “pensando, sofrendo, chorando, morrendo”.

As tendências ao esquecimento e ao apagamento de uma realidade nacional indesejada, características do Romantismo, começam a sair de cena. Em vez de representar uma nação predominantemente branca e indígena, quando 80% da população era formada por negros e mestiços, e de exaltar “a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante” (SCHWARZ, 2008, p. 16), os textos publicados em *O Jornal* vão apontar para um outro lado da nação, um lado de exclusão, de brasileiros esquecidos pela história oficial.

Em “Canto do Brasil”, Caio de Freitas chama a atenção para o contraste entre o Brasil urbano com suas cidades litorâneas feitas de aço e cimento, de ferro e carvão, ensurdecedoras no ruído dos seus “dynamos velozes”, com seus portos e transatlânticos e um outro Brasil triste, do homem trabalhador lançado à própria sorte, que ficou na terra, de enxada na mão e cigarro na boca esperando, em vão, “a longa germinação das sementes de ouro” (*O Jornal*, 14/01/1934).

Predominam dentre os textos do Suplemento, as temáticas da injustiça social, dos resquícios da escravidão, da precariedade dos solos, da falta de estudo e das doenças e do desamparo vividos por grande parte da população, como descreve Pontes de Miranda, no poema “Do nascente ao poente” (01/09/1934) ao narrar a situação de completo abandono de um casal que vela a doença do filho:

Será só isso o mundo? Que fiz eu ao nascer, depois de nascer, antes de nascer, para ser o que sou, e sofrer o que sofro?

Tudo o que me disseram ser bom que eu fizesse – eu fiz.

Tudo o que me disserem não fizesse - eu não fiz.

Ao sol e a chuva trabalhei sempre

Minha saúde se foi

Nunca obtive mais que o pão de três dias

E remédio não tenho que me salve do mal

[...]

Por que não sou como as cobras, como os gatos do mato, como as onças e os pássaros, que trabalham para si? Por que há de ser de outro, por que não há de ser meu o grão que semeiei?

A planta que plantei, a flor que abriu ao regar das raízes, o fruto maduro que colhi?

Também o “Poema da Feira de Santo Antônio”, de Renato Almeida (15/07/1934), insiste na imagem de pobreza e sofrimento de grande parte da população. Diz o poema,

Nas caras esbranquiçadas dos matutos
de chapelões de palha
eu evoco a tristeza do Brasil,
miséria, pobreza, doença
a dor das raças que se custam a formar
Papeiras e aleijões
meninos infelizes de terem nascido
velhos fatigados de não morrer
melancolia insípida da vida

Três livros publicados em 1934 são insistentemente resenhados e comentados por diversos críticos de *O Jornal*. São eles, os romances *Benguê*, de José Lins do Rego, *Maleita*, de Lúcio Cardoso, e *Pussunga*, que reúne contos de Peregrino Júnior, ajudando a compor o panorama árido da década. Destaco a resenha de Octávio Tarquínio de Souza,

em *A propósito de Benguê*³, ao comentar que o romance faz uma crítica da decadência dos antigos engenhos de açúcar e sua substituição pelas usinas, descritas pelo autor como verdadeiros “monstros”, pela impessoalidade e frieza com que devorava trabalhadores. Tais usinas representariam para Tarquínio, o ápice do “esmagamento do criador pela criatura, a máquina inumana governando o homem que a inventou”.

Nessa nova era dita “moderna”, Tarquínio acredita que “os hábitos maus e bons da escravidão subsistem muito fortes e bem se percebe que o homem negro talvez seja hoje [na década de 1930] mais desamparado, na dureza das doze horas de trabalho miseravelmente pagas com a diária de 1\$200,00!”. Haveria em *Benguê* “uma ausência total de literatura, ou de artifício, e há poesia de verdade. É como a vida mesmo para quem sabe captá-la na sua realidade”, elogia.

Sobre *Maleita*, destaco as resenhas de Lucia Miguel Pereira (16/09/1934) e Jorge Amado (07/10/1934). Numa crítica impressionista, alheia às teorias e aos cânones de escolas literárias, Lúcia Miguel Pereira, diz considerar *Maleita*, um “livro bem brasileiro, largamente brasileiro, sem excessos de regionalismo”, cujo herói venceu a bexiga brava e a surda guerrilha dos nativos, “mas não pôde com o coronel, à cata de eleitores”, denunciando questões enraizadas na cultura brasileira, que seriam fixadas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, - dois anos depois - em 1936, ao falar de uma sociedade na qual a esfera privada se sobrepõe à pública.

Já Jorge Amado, em sua resenha sobre *Maleita*, destaca o drama vivido pelo homem que foi construir uma cidade no sertão e perdeu tudo, desde a esposa até a saúde. *Maleita* é para Amado mais do que uma doença no romance de Lúcio Cardoso, ela “funciona como a espinha dorsal do livro, o eixo em torno do qual ele gira”. A certa altura, a doença toma conta do romance, “como em certos filmes nos quais um extra rouba os olhares da plateia, que deviam se dirigir ao ator principal”, relata.

Prossegue traçando uma cartografia do desamparo a resenha de Emil Farhat “A propósito de Pussanga”⁴, sobre o livro de contos homônimo, de autoria de Peregrino Júnior, que narra a trágica vida dos homens na Amazônia⁵. De acordo com o resenhista,

³ *O Jornal*, 15/07/1934

⁴ *O Jornal*, 03/02/1935

⁵ Em *Contrastes e confrontos*, Euclides da Cunha já deixara entrever os resultados da primeira luta do homem pela humanização da selva que batiza como “o inferno verde”.

muitos autores já haviam se debruçado sobre as paisagens, causas, milagres e horrores da Amazônia. A selva que “cresceu e avultou diante de uns. Desiludiu a outros. Ofuscou de cores o ádvena daltônico”, mas, para Peregrino Júnior, apareceu, sobretudo, “como o inferno dos homens que a buscaram, iludidos pela fortuna, como uma “Iara capitalista acenando-lhes de dentro dos seringais mortíferos”.

Para Emil a galeria amazônica revela-se trágica e se apresenta como síntese de todas as misérias do Brasil: “É o fundo de um quadro de misérias, de almas penadas debatendo-se como duendes, no cipoal dos mil perigos da floresta interminável”. As personagens de *Pussanga* são como “mortos vivos que caminham pelos atalhos do seringal”, tal como num labirinto sem saída. Diante da precariedade econômica e da ladroagem, “só o homem definha onde os outros seres-vivos, os vegetais todos, rebentam em opulência de troncos, de galhos, de folhas e frutos”.

O autor prossegue contrastando a grandeza geográfica do Brasil e da Amazônia e o entusiasmo com sua natureza ao horror do homem esmagado por ela. Quem vê volta dizendo: “vimos o paraíso, vimos o inferno; sentimos a criação de Deus e sentimos a mão do diabo”.

Como imaginar a nação hoje

O historiador Ernest Renan, em seu seminal ensaio *O que é uma nação* (1882), já havia especulado que a evolução dos estudos históricos representaria um perigo para a nacionalidade, uma vez que a unidade nacional é sempre feita brutalmente. “Na verdade, a investigação histórica traz à luz fatos de violência ocorridos na origem de todas as formações políticas” (1997, p. 14), avalia. De fato, a evolução de nossos estudos históricos e sociais e a tomada de consciência acerca de nosso atraso, nos anos 30, e do nosso subdesenvolvimento, nos anos 50, já não permite que nossos criadores contemporâneos imaginem o Brasil como um paraíso terrestre.

Os autores contemporâneos recebem como herança de um lado a noção catastrófica da realidade nacional, e de outro uma implosão da ideia de nação desencadeada pela globalização, na qual estímulos vindos de diversas partes do planeta “tendem a tornar a nação, tal como concebida pela Modernidade, uma ficção desnecessária”, retomando a

frase de Vera Follain de Figueiredo. Mas a frase em questão, nos leva a refletir a respeito de seu objeto. Trata-se de uma ficção desnecessária para quem? Se voltarmos ao ensaio da autora, percebemos que a nação moderna é desnecessária ao capitalismo em seu atual estágio. Ainda assim, teria a nação perdido o seu potencial narrativo? Duas questões precisam ser colocadas: a ideia de nação “moderna” – homogênea e unificada - já não existe e a reflexão sobre a nação contemporânea não atende à demanda do capitalismo (através da indústria cultural). Continua, porém, como necessidade de alguns autores, que ainda acreditam no poder da literatura para questionar as estruturas de poder dominantes.

Com isso, ao que parece, a nação já não é mais narrada à maneira moderna, buscando algum tipo de síntese na forma de símbolo como em *Iracema* (1865), de José de Alencar, ou de alegoria como em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade. Embora existam brechas para o resgate da narrativa da nação, nos quais os recursos legados pela tradição modernista e de vanguarda “constituem um estoque, ou um arquivo, pronto para ser manipulado”, não há, no entanto, de acordo com Renato Cordeiro Gomes “um programa ou um projeto orientador” nem “palavra de ordem ou dogma autoritário” a serem seguidos (GOMES, 2007, p. 11). O que vemos é um constante processo de ressignificação e reinterpretação atualizada da nação.

A narrativa da nação ressurge no contexto contemporâneo sob o caráter residual, no sentido teorizado por Raymond Williams, em *Marxismo e literatura*. De acordo com o pensador inglês, um processo cultural apresenta características dominantes, emergentes e residuais. Embora formado no passado, o residual “está ativo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como elemento efetivo do presente” (1979, p. 125). Os elementos residuais parecem não ter significação porque representam aspectos sócio-culturais que “a cultura dominante negligencia, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer” (1979, p. 125).

Neste sentido, ainda que a globalização em seu caráter dominante deixe cambaleante a ideia de pertencimento a uma comunidade imaginada, soberana e limitada, esse tipo de formação ainda não se extinguiu, oferecendo aos artistas bom e largo manancial para interpretação e imaginação. Em vez de ser pensada como uma forma de comunidade “natural”, no entanto, ela passa mais e mais a ser vista como fruto de contingências históricas ultrapassadas e injustas.

Ainda assim, como é possível narrar em pleno século XXI esse tipo de formação social que é a nação, surgida no século XVIII, XIX? Como se sabe, as vanguardas europeias e o modernismo brasileiro já haviam posto em xeque as formas de representação tradicionais na primeira metade do século XX. A Segunda Guerra Mundial por sua vez pôs novamente na berlinda conceitos-chaves como razão, ciência, progresso, história linear, evolutiva e causal, que moveram a história do Ocidente. A revelação mundial dos campos de extermínio nazistas e a explosão das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, são acontecimentos que modificaram o pensamento e o imaginário processado até então. O poder total concedido ao progresso tornou possível a destruição da essência humana e a extinção do *homo sapiens*. Auschwitz minou a crença na evolução da humanidade, e Hiroshima provou que a ciência não fez aumentar apenas a qualidade de vida, como também a qualidade de morte.

Com isso, a visão oitocentista da história, teleológica, concebida por Hegel e Croce, caracterizada pelo esforço de constituir uma ciência realística do homem, da sociedade e da cultura, baseada na clareza e na crença no progresso, perdeu terreno na pós-modernidade para uma história paralela, a história dos vencidos, a anti-história. Deu-se uma implosão das categorias pelas quais o mundo havia sido pensado e, com isto, novas formas de representação capazes de dar conta da nova realidade passaram a ser experimentadas. A realidade danificada pela experiência das catástrofes do século XX, impossibilita o próprio ato de narrar e a representação da totalidade. Restaria assim, segundo Adorno, apenas o fragmento como recurso formal antagônico, expressando a negatividade do progresso histórico (*In: PELLEGRINI, 2012, p. 15*).

Perdidas as antigas certezas da Modernidade, a representação das “comunidades imaginadas” que se deram de maneira compulsiva, através de narrativas que, nas palavras de Homi Bhabha, estiveram permanentemente a reconstruí-las, movidas pelo desejo de uma potência simbólica unificadora (*In: CUNHA, 1998, p. 182*), parece dar sinais de esgotamento.

Assiste-se ao deslocamento do Estado-nação como centro de um sistema de significação que marcou, desde o século XIX, a base geopolítica da cultura. Os modos de representar a nação exige, então, uma reelaboração performática da nação. Os conceitos de pureza e unidade são substituídos pelos de culturas híbridas e fragmentadas. O tempo homogêneo das comunidades imaginadas, difundidas pelos romances e jornais, caem por

terra, dando lugar à ideia de tempo desigual, que corresponde às diferentes experiências dos distintos grupos sociais. As noções de entre-lugar (Silviano Santiago), das diferenças internas, de alteridade e das diferenças fazem frente à noção de semelhança.

“Hoje a diferença cultural intervém para transformar o cenário da articulação, reorientando o conhecimento através da perspectiva significativa do ‘outro’ que resiste à totalização”, conforme observa Renato Cordeiro Gomes, que entende a nação contemporânea ao mesmo tempo como “uma casa assassinada cujos vestígios e memórias enfrentamos enquanto espectros que assustam”, mas também, contraditoriamente, como uma ideologia que acalenta⁶.

A consciência da miopia contida nas ideias totalizantes faz com que autores contemporâneos busquem formas de representação da realidade mais inspiradas nas ideias de história plural, tempo heterogêneo, hibridismo, performance, simultaneidade e representação das minorias. A linguagem eleita pelos contemporâneos para a representação do real passa a ser a fragmentação, para dar conta da implosão da antiga unidade ideal de nação.

Referências

ADORNO, Theodor. In: PELLEGRINI. *Realismo: modos de usar*. Estudos de literatura brasileira contemporânea. N. 39 – Brasília, Janeiro / junho de 2012.

ALMEIDA, Renato de. “Poema da Feira de Santo Antônio”, *O Jornal*, 15/07/1934.

AMADO, Jorge de. “Maleita”, *O Jornal*, 07/10/1934.

BHBHA, Homi. In: CUNHA, Eneida Leal. “Literatura e identidade”. In: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões. Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Letras e Artes, n. 1 (1997 - 1998). Ilhéus: Editus, 1998.

CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *Educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

⁶ <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/05/09/resenha-de-nacoes-literarias-de-wander-de-melo-miranda-378889.asp>. Acesso em 2/04/2014.

FARHAT, Emil. “A propósito de Pussanga”. *O Jornal*, 03/02/1935.

FIGUEIREDO, Vera Follain. “Central do Brasil – Em busca da terra prometida”. *Cinemais*, n. 15, jan, / fev. 1999.

FREITAS, Caio de. “Canto do Brasil”. *O Jornal*, 14/01/1934.

GOMES, Renato Cordeiro. “Duas ou três coisas que eu sei dela”. *In: Alguma prosa: ensaios sobre literatura brasileira contemporânea*. Org. Giovanna Dealtry, Masé Lemos e Stefania Chiarelli. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

_____. Resenha de “Nações literárias”, de Wander Melo de Miranda. *O Globo, Prosa & Verso* 09/05/2012.

MIRANDA, Pontes de. “Do nascente ao poente”, *O Jornal*, 01/09/1934.

PICCHIA, Minotti del. “Banzo”, *O Jornal*, 05/03/1933.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?”. *In: Nacionalidade em questão* Org. Maria Helena Rouanet. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – I.L – 1997.

SCHWARZ, Lilia. *In: ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. “A propósito de Benguê”, *O Jornal*, 15/07/1934.

WILLIAMS, Raymond. “Residual, dominante e emergente”. *In: Literatura e Marxismo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.